

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.299.480/0001-82

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, da BEC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEC DTVM ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício de 2020, a BEC DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 710 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 56.525 mil e Ativos

Totais de R\$ 56.972 mil. A política de dividendos da Instituição assegura aos cotistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu contrato social.

Osasco, SP, 03 de fevereiro de 2021.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil						
	Nota	2020	2019			
Ativo				Passivo		
Disponibilidades.....	04	57	100	Provisões.....	66	66
Instrumentos Financeiros.....		56.887	56.723	Outras Provisões.....	66	66
Títulos e Valores Mobiliários.....	05	56.887	56.723	Outros Passivos.....	07	381
Créditos Tributários.....	12	27	26	Total do Passivo.....		1.028
Outros Ativos.....		3	3	Patrimônio Líquido		
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos....		(2)	(2)	Capital Social.....	08	31.200
				Reservas de Lucros.....	08	25.325
				Total do Patrimônio Líquido.....		56.525
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido.....		56.972
Total do Ativo.....		56.972	56.850			

A partir de janeiro de 2020, o Balanço Patrimonial está sendo apresentado por ordem de liquidez e exigibilidade em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 02/20.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	Nota	2º Semestre	2020	2019	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Lucros Acumulados	Totais	
Receitas da Intermediação Financeira.....		460	1.423	3.218	Saldos em 31 de dezembro de 2018.....	29.000	748	24.379	-	54.127
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários..	05	460	1.423	3.218	Aumento de Capital com Reservas.....	700	-	(700)	-	-
Despesas da Intermediação Financeira.....		-	-	-	Lucro Líquido.....	-	85	1.610	1.711	1.711
Resultado da Intermediação Financeira.....		460	1.423	3.218	Destinações: - Reservas.....	-	-	(1.695)	-	-
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais.....		(138)	(288)	(417)	- Dividendos Propostos.....	-	-	(16)	-	(16)
Outras Despesas Administrativas.....	09	(83)	(162)	(208)	Saldos em 31 de dezembro de 2019.....	29.700	833	25.289	-	55.822
Despesas Tributárias.....	10	(55)	(126)	(209)	Saldos em 31 de dezembro de 2019.....	29.700	833	25.289	-	55.822
Resultado Operacional.....		322	1.135	2.801	Aumento de Capital com Reservas.....	1.500	-	(1.500)	-	-
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro.....		322	1.135	2.801	Lucro Líquido.....	-	-	710	710	710
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	12	(112)	(425)	(1.090)	Destinações: - Reservas.....	-	35	668	(703)	-
Lucro Líquido.....		210	710	1.711	- Dividendos Propostos.....	-	-	(7)	-	(7)
Lucro por Lote de Mil Ações em R\$.....		6,72	23,14	57,61	Saldos em 31 de dezembro de 2020.....	31.200	868	24.457	-	56.525
					Saldos em 30 de junho de 2020.....	31.200	858	24.259	-	56.317
					Lucro Líquido.....	-	-	210	210	210
					Destinações: - Reservas.....	-	10	198	(208)	-
					- Dividendos Propostos.....	-	-	(2)	-	(2)
					Saldos em 31 de dezembro de 2020.....	31.200	868	24.457	-	56.525

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2º Semestre	2020	2019	
Lucro Líquido do Exercício.....	210	710	1.711	
Outros Resultados Abrangentes.....	-	-	-	
Resultado Abrangente do Exercício.....	210	710	1.711	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS				
1) CONTEXTO OPERACIONAL				
A BEC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEC DTVM ou Instituição) é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros.				
É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.				
2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS				
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.639/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).				
Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, <i>International Financial Reporting Standards</i> (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.				
A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da BEC DTVM evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.				
As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e perdas por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. Vale destacar que no 1º semestre de 2020, houve revisão de premissas de determinados ativos devido ao cenário econômico atual impactado pela pandemia provocada pelo Covid19. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 03 de fevereiro de 2021.				
3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS				
a) Moeda funcional e de apresentação				
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da BEC DTVM.				
b) Apuração do resultado				
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabeleça que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.				
As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério <i>pro rata die</i> e calculadas com base no método exponencial.				
As operações com taxas pósfixadas são atualizadas até a data do balanço.				
c) Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.				
d) Títulos e valores mobiliários - Classificação				
• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;				
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadraram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, os quais são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e				
• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.				
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.				
e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)				
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários".				
Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.				
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.				
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.				
f) Redução ao valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)				
Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido dos custos de venda.				
Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflète o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.				
Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto entre os impostos, que reflète avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.				
Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo <i>pro-rata</i> .				
g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias				
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:				
• Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de pagar a recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;				
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e				
• Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.				
h) Outros ativos e passivos				
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base <i>pro rata die</i>) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base <i>pro rata die</i>).				
i) Resultado recorrente e não recorrente				
Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

j) Eventos subsequentes				
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.				
São compostos por:				
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e				
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.				
Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 37 e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.				
4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
				R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
Disponibilidades em moeda nacional.....	57		100	
Total de caixa e equivalentes de caixa.....	57		100	

5) INSTRUMENTOS FINANCEIROS - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS				
a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação				
				R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
Carteira própria - títulos para negociação				
Cotas de fundos de investimentos (1).....	56.887		56.723	
Total.....	56.887		56.723	

(1) No final do exercício, a Instituição possuía R\$ 56.887 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 56.723 mil) aplicados em fundos exclusivos da Organização Bradesco.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários				
				R\$ mil
	2º Semestre		Acumulado em 31 de dezembro	
	2020		2020	2019
Títulos de renda fixa.....	460		1.423	3.218
Total.....	460		1.423	3.218

c) Instrumentos financeiros derivativos
A Instituição não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

6) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES				
a) Ativos contingentes				
Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.				
b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis				
A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autor" ou "réu", amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizam, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 389 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 0 mil) para os processos fiscais.				
O principal processo fiscal com essa classificação é:				
- Autuação de IRPJ e CSLL do ano calendário 2008 sobre suposto ganho de capital não tributado na operação da desmutualização da CETIP, no montante de R\$ 341 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 0 mil).				

7) OUTROS PASSIVOS				
				R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	368		936	
Impostos e contribuições a recolher.....	6		10	
Dividendos propostos.....	7		16	
Total.....	381		962	

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
a) Capital social				
O capital social no montante de R\$ 31.200 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 29.700 mil) totalmente subscrito e integralizado é composto por 31.200.000 (Em 31 de dezembro de 2019 - 29.700.000) de cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.				
b) Movimentação do capital social				
		Quantidade de cotas		R\$ mil
		2020	2019	
Início do período.....	29.700.000		29.000.000	29.700
Aumento de capital com reserva (1) (2).....	1.500.000		700.000	1.500
Final do período.....	31.200.000		29.700.000	31.200

(1) Em 18 de junho de 2019, o BACEN homologou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 30 de abril de 2019, que deliberou o aumento do capital social, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária" no montante de R\$ 700 mil, com a criação de 700.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada, atribuindo-as ao Sócio Cotista Banco Bradesco BERJ S.A., com a concordância do Sócio Cotista Banco Bradesco S.A.

(2) Em 28 de maio de 2020, o BACEN homologou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 30 de abril de 2020, que deliberou o aumento do capital social, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária" no montante de R\$ 1.500 mil, com a criação de 1.500.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada, atribuindo-as ao Sócio Cotista Banco Bradesco BERJ S.A., com a concordância do Sócio Cotista Banco Bradesco S.A.

c) Reservas de lucros				
				R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
Reservas de lucros.....	25.325		26.122	
- Reserva legal (1).....	868		833	
- Reserva estatutária (2).....	24.457		25.289	

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

Reservas de lucros.....				
				R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
Reservas de lucros.....	25.325		26.122	
- Reserva legal (1).....	868		833	
- Reserva estatutária (2).....	24.457		25.289	

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

Reservas de lucros.....				
				R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
Reservas de lucros.....	25.325		26.122	
- Reserva legal (1).....	868		833	
- Reserva estatutária (2).....	24.457		25.289	

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

Reservas de lucros.....				
				R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
Reservas de lucros.....	25.325		26.122	
- Reserva legal (1).....	868		833	
- Reserva estatutária (2).....	24.457		25.289	

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

Reservas de lucros.....				
				R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
Reservas de lucros.....	25.325		26.122	
- Reserva legal (1).....	868		833	
- Reserva estatutária (2).....	24.457		25.289	

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

Reservas de lucros.....				
				R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
Reservas de lucros.....	25.325		26.12	

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.299.480/0001-82
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos Sócios Cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido	710	
(1) Reserva legal - 5% sobre o lucro	35	
Base de cálculo	675	
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2020	7	1%
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2019	16	1%

(1) Percentual dos dividendos em relação a base de cálculo.

e) Lucro básico por cota

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.636/18 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Nº de cotas em circulação	Fração	Nº de cotas proporcional em circulação
Número de cotas no início do período	29.700	12/12	29.700
Emissão de novas cotas no período	1.500	8/12	1.000
Total	31.200		30.700
Lucro líquido do período em R\$ mil			710
Lucro básico por mil cotas			23,14

9) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Publicação	33	67	87
Serviços técnicos especializados	21	48	50
Serviços do sistema financeiro	17	31	25
Outras	11	16	46
Total	83	162	208

10) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Contribuição à Cofins	19	58	129
Impostos e taxas	33	59	59
Contribuição ao PIS	3	9	21
Total	55	126	209

11) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.636/18 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Controladores
Ativos			
Disponibilidades (1)	57	100	
Passivos			
Dividendos a pagar (2)	7	16	

(1) Controlador Indireto - Banco Bradesco S.A.; e

(2) Controlador Direto - Banco Bradesco BERJ S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Atualmente na Reunião de Sócios cotistas é fixado:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Contrato Social; e
• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Sociedade, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.
A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

12) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	322	1.135	2.801
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3e)	(129)	(454)	(1.120)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(4)	(4)	(18)
Deduções incentivadas	22	33	(48)
Imposto de renda e contribuição social	(112)	(425)	(1.090)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Acionista e aos Administradores da

BEC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BEC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(112)	(425)	(1.088)
Impostos diferidos:			
Constituição/Realização sobre adições e exclusões temporárias	-	-	(2)
Total dos impostos diferidos	-	-	(2)
Imposto de renda e contribuição social	(112)	(425)	(1.090)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2019	Constituição	Realização/Baixa
Outras provisões	26	27	(26)
Total dos créditos tributários (Nota 3e)	26	27	(26)

Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 27 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 26 mil). Todos os créditos tributários da BEC DTVM foram devidamente ativados.

13) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Caixa e equivalentes a caixa	57	-	-	-	-	57
Instrumentos financeiros	56.887	-	-	-	-	56.887
- Títulos e valores mobiliários	56.887	-	-	-	-	56.887
- Outros instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-
Créditos tributários	-	3	3	20	-	26
Outros ativos	-	-	-	-	3	3
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	-	(2)	(2)
Total em 31 de dezembro de 2020	56.944	3	3	20	1	56.972
Total em 31 de dezembro de 2019	56.823	13	13	-	1	56.850
Passivo						
Provisões	-	66	-	-	-	66
- Outras provisões	-	66	-	-	-	66
Outros passivos	381	-	-	-	-	381
Patrimônio líquido						
Capital social	-	-	-	-	-	31.200
Reservas de lucros	-	-	-	-	25.325	25.325
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	-	-	-	-	56.525	56.525
Total em 31 de dezembro de 2020	381	66	-	-	56.317	56.972
Total em 31 de dezembro de 2019	946	-	66	16	55.822	56.850

14) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

O resultado contábil em 2020 foi de R\$ 710 mil, sendo resultado recorrente. Não houve resultado não recorrente em 2020. O resultado contábil em 2019 foi de R\$ 1.711 milhões, sendo resultado recorrente. Não houve resultado não recorrente em 2019.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. A BEC DTVM como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2020, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1);
- Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1);
- Resolução nº 4.720/19 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 - R2); e
- Resolução nº 4.748/19 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Desde o dia 11 de março de 2020 foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países, ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia não gerou impacto significativo na Instituição.

e) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 11 de fevereiro de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/F

Carlos Massao Takahashi
Contador CRC 1SP206103/O-4

certificadodigital

um serviço com a excelência Imprensa Oficial

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conheça o nosso novo portal de certificados digitais

Mais facilidade e agilidade na compra de seu certificado



COMPRAR
UM CERTIFICADO



RENOVAR
MEU CERTIFICADO



TENHO
UM VOUCHER



CLIENTES
DE GOVERNO



INSTALAR
MEU CERTIFICADO



SUPORTE
TÉCNICO

Accesse e descubra

certificadodigital.imprensaoficial.com.br

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 131 • Número 28

Página 8

São Paulo, sexta-feira, 12 de fevereiro de 2021

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

sexta-feira, 12 de fevereiro de 2021 às 00:42:42

autoridade certificadora oficial

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO

documento assinado digitalmente

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.299.480/0001-82

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, da BEC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEC DTVM ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício de 2020, a BEC DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 710 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 56.525 mil e Ativos Totais de R\$ 56.972 mil.

A política de dividendos da Instituição assegura aos cotistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu contrato social.

Osasco, SP, 03 de fevereiro de 2021.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	Nota	2020	2019	
Ativo				
Disponibilidades.....	04	57	100	
Instrumentos Financeiros.....		56.887	56.723	
Títulos e Valores Mobiliários.....	05	56.887	56.723	
Créditos Tributários.....	12	27	26	
Outros Ativos.....		3	3	
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos.....		(2)	(2)	
Total do Ativo		56.972	56.850	
Passivo				
Provisões.....		66	66	
Outras Provisões.....		66	66	
Outros Passivos.....	07	381	962	
Total do Passivo		447	1.028	
Capital Social.....	08	31.200	29.700	
Reservas de Lucros.....	08	25.325	26.122	
Total do Patrimônio Líquido		56.525	55.822	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		56.972	56.850	

A partir de janeiro de 2020, o Balanço Patrimonial está sendo apresentado por ordem de liquidez e exigibilidade em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 02/20.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	Nota	2º Semestre	2020	2019
Receitas da Intermediação Financeira		460	1.423	3.218
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	05	460	1.423	3.218
Despesas da Intermediação Financeira		-	-	-
Resultado Bruto da Intermediação Financeira.....		460	1.423	3.218
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(138)	(288)	(417)
Outras Despesas Administrativas.....	09	(83)	(162)	(208)
Despesas Tributárias.....	10	(55)	(126)	(209)
Resultado Operacional		322	1.135	2.801
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		322	1.135	2.801
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	12	(112)	(425)	(1.090)
Lucro Líquido		210	710	1.711
Lucro por Lote de Mil Ações em R\$		6,72	23,14	57,61

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
		2º Semestre	2020	2019
Lucro Líquido do Exercício		210	710	1.711
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício		210	710	1.711

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEC DTVM ou Instituição) é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros.

É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Adicionalmente as alterações previstas na Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para os quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da BEC DTVM evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. Vale destacar que no 1º semestre de 2020, houve revisão de premissas de determinados ativos devido ao cenário econômico atual impactado pela pandemia provocada pelo Covid19. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 03 de fevereiro de 2021.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da BEC DTVM.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pósfixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários - Classificação

• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e

• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários".

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido dos custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ativo, sujeito a um teste de teste de segmento operacional, as UGCs para as quais o ativo foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ativo é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro-rata*.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

h) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata die*).

i) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

j) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 37 e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Disponibilidades em moeda nacional.....	57	100
Total de caixa e equivalentes de caixa	57	100

5) INSTRUMENTOS FINANCEIROS - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Carteira própria - títulos para negociação		
Cotas de fundos de investimentos (1).....	56.887	56.723
Total	56.887	56.723

(1) No final do exercício, a Instituição possuía R\$ 56.887 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 56.723 mil) aplicados em fundos exclusivos da Organização Bradesco.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	R\$ mil		
	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
	2020	2020	2019
Títulos de renda fixa.....	460	1.423	3.218
Total	460	1.423	3.218

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

6) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizam, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 389 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 0 mil) para os processos fiscais.

O principal processo fiscal com essa classificação é:

- Autuação de IRPJ e CSLL do ano calendário 2008 sobre suposto ganho de capital não tributado na operação da desmutualização da CETIP, no montante de R\$ 341 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 0 mil).

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	29.000	748	24.379	-	54.127
Aumento de Capital com Reservas.....	700	-	(700)	-	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	1.711	1.711
Destinações: - Reservas.....	-	85	1.610	(1.695)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(16)	(16)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	29.700	833	25.289	-	55.822
Saldos em 31 de dezembro de 2020	29.700	833	25.289	-	55.822
Aumento de Capital com Reservas.....	1.500	-	(1.500)	-	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	710	710
Destinações: - Reservas.....	-	35	668	(703)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(7)	(7)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	31.200	868	24.457	-	56.525
Saldos em 30 de junho de 2020	31.200	858	24.259	-	56.317
Lucro Líquido.....	-	-	-	210	210
Destinações: - Reservas.....	-	10	198	(208)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(2)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	31.200	868	24.457	-	56.525

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2º Semestre	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	322	1.135	2.801
(Aumento)/Redução em Instrumentos Financeiros.....	(349)	(164)	(1.448)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....	21	-	3
Aumento/(Redução) em Outras Provisões e Outros Passivos.....	56	67	(54)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(41)	(1.065)	(1.221)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	9	(27)	81
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Dividendos pagos.....	-	(16)	(16)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	-	(16)	(16)
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	(43)	65
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	48	100	35
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	57	57	100
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	(43)	65

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

7) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	368	936
Impostos e contribuições a recolher.....	6	10
Dividendos propostos.....	7	16
Total	381	962

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 07.299.480/0001-82
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro de 2019	Constituição	Realização/Baixa	Em 31 de dezembro de 2020
Outras provisões	26	27	(26)	27
Total dos créditos tributários (Nota 3e)	26	27	(26)	27

Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 27 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 26 mil).
Todos os créditos tributários da BEC DTVM foram devidamente ativados.

13) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Caixa e equivalentes a caixa	57	-	-	-	-	57
Instrumentos financeiros	56.887	-	-	-	-	56.887
- Títulos e valores mobiliários	56.887	-	-	-	-	56.887
- Outros instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-
Créditos tributários	-	3	3	20	-	26
Outros ativos	-	-	-	-	3	3
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	-	(2)	(2)
Total em 31 de dezembro de 2020	56.944	3	3	20	1	56.972
Total em 31 de dezembro de 2019	56.823	13	13		1	56.850
Passivo						
Provisões	-	66	-	-	-	66
- Outras provisões	-	66	-	-	-	66
Outros passivos	381	-	-	-	-	381
Patrimônio líquido	-	-	-	-	31.200	31.200
Capital social	-	-	-	-	25.325	25.325
Reservas de lucros	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	-	-	-	-	56.525	56.525
Total em 31 de dezembro de 2020	381	66			56.317	56.972
Total em 31 de dezembro de 2019	946		66	16	55.822	56.850

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Acionista e aos Administradores da

BEC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BEC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais

14) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:
O resultado contábil em 2020 foi de R\$ 710 mil, sendo resultado recorrente. Não houve resultado não recorrente em 2020.
O resultado contábil em 2019 foi de R\$ 1.711 milhões, sendo resultado recorrente. Não houve resultado não recorrente em 2019.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.
A BEC DTVM como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2020, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1);
- Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1);
- Resolução nº 4.720/19 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 - R2); e
- Resolução nº 4.748/19 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Desde o dia 11 de março de 2020 foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países, ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia não gerou impacto significativo na Instituição.

e) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP192925/O-5

distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, omissão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 11 de fevereiro de 2021



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/F

Carlos Massao Takauti
Contador CRC 1SP206103/O-4

11,1 MILHÕES DE EMPRESÁRIOS, DIRETORES OU C-LEVELS CONECTADOS COM A SUA EMPRESA

Reforce sua transparência e credibilidade divulgando as demonstrações financeiras do ano nos veículos mais confiáveis e de maior cobertura no segmento econômico.

ECONÔMICO
Valor

+
O GLOBO

ECONÔMICO
Valor RI

MUITO MAIS VISIBILIDADE PARA A SUA EMPRESA



ANUNCIE: 11 3767.7043 • 21 3521.5500 • 61 3717.3333 • www.valor.com.br/valor-ri